

## **AS RESPONSABILIDADES DA ALIANÇA**

**CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO\***  
*Presidente da Casa da Moeda do Brasil*

Enquanto prossegue a disputa (despudorada para o Deputado Thales Ramalho) pela obtenção de um espaço de poder no governo que se avizinha, não é nada mau ocupar o tempo refletindo sobre as responsabilidades da Aliança Democrática.

Todo mundo sabe que são heterogêneas as correntes políticas que se aliaram para fazer o Dr. Tancredo Neves Presidente da República. A só unidade do PMDB seria insuficiente para amearhar os votos do tristemente célebre Colégio Eleitoral. Foram necessárias adesões recentes para desequilibrar a arquitetura pensada para o prolongamento no poder da elite emergente de 1964. A Aliança Democrática, ao ser formada, estabeleceu uma pauta de compromissos genéricos demais para a guarda de uma ação unitária na execução dos misteres diários do governo. No geral é sempre possível alcançar a convergência. Complicado é o específico, o detalhamento. E é neste plano, afinal, que uma obra administrativa tem eficácia. Salvar as aparências é sempre muito fácil. Difícil é vivenciar a realidade das diferenças de origem.

O ponto de equilíbrio, não há duvidança, é o papel do ator principal. O Dr. Tancredo Neves chega ao topo com uma calejada experiência política e administrativa. E, percorrendo tão longo caminho, formou opinião própria sobre os temas principais da presente encruzilhada da vida brasileira. Ao lado desse fato indiscutido, é muito claro que o Presidente eleito está cercado de uma aura de aplausos, beirando à unanimidade, que lhe confere poderes excepcionais para conciliar, já não digo os apetites para as guloseimas que o poder oferece, o entrelaço de orientações doutrinárias e práticas que são da essência de uma frente política composta por líderes de berço tão desigual. Arbitrando as

divergências é bem provável que Tancredo Neves consiga vencer o primeiro degrau de seu governo formando uma equipe que trabalhe ordenadamente sob a sua solitária regência. Sendo assim, o que vai mesmo importar é definir os compromissos e as responsabilidades da Aliança Democrática diante das expectativas populares.

O povo espera muito, mesmo sendo realista quanto aos resultados imediatos, como diversas pesquisas de opinião pública têm revelado. E alimentar esperanças envolve o dever moral de satisfazê-las em tempo razoável. Como não é nunca possível fixar o que é "tempo razoável", o único caminho é considerá-lo imediato no que concerne aos encaminhamentos, esticando o menos que se puder a apresentação dos resultados.

O governo que entra tem duas pautas prioritárias: a primeira, trata do campo institucional; a segunda, trata do campo econômico. Naquele, além dos debates preparatórios para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, estão alocadas as reformas urgentes que abrangem a reforma partidária, a reforma eleitoral, as eleições para a prefeitura das capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional, entre outros assuntos relevantes. É claro que o atendimento das demandas relativas à pauta institucional poderá ser imediato, ou seja, começa com a livre discussão das propostas e com a elaboração legislativa, que poderá ser iniciada pelo governo ou pelos próprios parlamentares. É na pauta econômica que aparecem as dificuldades de maior monta.

Já dizia o notável republicano que foi Santiago Dantas, ao apresentar as linhas gerais do seu pensamento para obter a investidura no cargo de Primeiro Ministro, que lhe foi negada, que o quadro das desarmonias sociais fica mais nítido quando se confronta a posição das classes proprietárias com as classes que vivem de rendimentos fixos ou salários. Estas continuam ausentes, já agora com gravames insuportáveis, da distribuição da renda nacional, perdurando, assim, situação detectada

no início dos anos sessenta. É nesse campo que o governo da Aliança Democrática vai travar a sua mais desfavorável batalha. E é nele que as cobranças não serão sopitadas com paliativos improvisados.

Para o Presidente Tancredo Neves, encontrar a justa medida para combater a inflação ascendente, retomar o desenvolvimento e compatibilizar os salários, será a única saída possível para assegurar a legitimidade que provém da adesão dos movimentos sociais. Aliviar a tortura das classes médias e populares reclamará do governo toda a criatividade possível, sabido como é que os objetivos não conseguiram até o presente convivência satisfatória.

Se essas responsabilidades primárias não forem assumidas com determinação, de maneira a provocar sinais de alívio a curto prazo, é bem provável a eclosão de cobranças exacerbadas, desaguando em greves e manifestações de rua. Acontecendo tal roteiro pessimista, ainda que previsível com boa margem de segurança, será infecundo o trânsito para a democracia. À sorrelfa outras forças à direita da Aliança Democrática poderão expandir-se com reflexos negativos na estabilidade das instituições.

O povo não espera milagres. Mas, o povo também não agüentará por mais tempo as humilhações que está sofrendo pela inércia do poder público. O governo da Aliança Democrática terá diante de si a mais terrificante incumbência da vida republicana, qual seja a de manter o país no alinhamento dos valores democráticos, fazendo valer os instrumentos de que dispõe para salvar a sociedade da desagregação causada pela marginalização cada vez maior dos deserdados.

CAD

Rio, 06/02/85